A estratégia de gestão patrimonial dos anos 2000: consequências práticas

Dr Alexander Ressos, TEP
Attorney-at-Law (Switzerland and Germany),
Solicitor (England & Wales and Hong Kong)
Of Counsel, KGP Legal LLC
alexander.ressos@kgplegal.com.sg
www.ressos.com.sg

O que a década deixou

A estratégia de gestão patrimonial dos anos 2000 deixou uma herança jurídica e institucional que molda a prática atual. A seção 47 do Banking Act (a lei bancária de Singapura) continua a reger a confidencialidade das informações de clientes, embora tenha sido alterada desde então.[1] O Trustees Act ainda contém a proteção contra a herança forçada (forced heirship) e a disposição sobre poderes reservados de 2004. Os trustees profissionais continuam sujeitos ao Trust Companies Act. Sociedades fiduciárias privadas (private trust companies), holdings de investimento familiares e centros de contabilização (booking centres) de bancos privados estrangeiros datam, em sua forma atual, dessa década.

A década deixou também um acervo de relações com clientes formadas sob expectativas diferentes. As contas abertas entre 2000 e 2009 foram abertas quando a evasão fiscal estrangeira não era crime antecedente da lavagem de dinheiro em Singapura e quando a troca automática de informações ainda não existia. Muitas

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.

dessas relações foram depois regularizadas ou encerradas, processo descrito no Capítulo II da Parte E. Quem assessora na revisão de estruturas históricas deve ter esse contexto em mente, porque a documentação de relações mais antigas reflete muitas vezes os padrões de sua época.

Lista de verificação para a revisão de estruturas dos anos 2000

- Identificar a lei aplicável e a data de constituição de qualquer trust de Singapura, pois os trusts que produzem efeitos a partir de 15 de dezembro de 2004 estão sujeitos ao prazo fixo de perpetuidade de 100 anos.
- Verificar se o instituidor (settlor) reservou poderes e se esses poderes se mantêm dentro das funções de investimento e de gestão de ativos protegidas pela seção 90(5) do Trustees Act.
- Quando uma família invocar a seção 90(2) contra pretensões estrangeiras fundadas em herança forçada, confirmar a capacidade do instituidor segundo o direito de Singapura, o direito do domicílio ou da nacionalidade ou a lei aplicável à transferência.
- Verificar se foi utilizada uma sociedade fiduciária privada e se ela continua a preencher as condições de isenção previstas no Trust Companies Act e em seus regulamentos.
- Tratar as hipóteses do terceiro anexo (Third Schedule) do Banking Act como exaustivas ao assessorar sobre a divulgação de informações por um banco, em consonância com *Susilawati v American Express Bank Ltd.*
- Rever a situação fiscal dos ativos herdados do passado em cada país de residência do instituidor e dos beneficiários, pois a confidencialidade em Singapura já não protege ativos não declarados contra a troca de informações.
- Documentar a origem do patrimônio (source of wealth) dos ativos transferidos para Singapura durante a década, porque os bancos aplicam hoje às relações antigas os padrões atuais de combate à lavagem de dinheiro.

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.

Notas

1. Consta que o título da seção 47 foi alterado de “Banking secrecy” para “Privacy of customer information” por uma alteração de 2016. ↩

Disclaimer

This article is provided for general information only. It is based on publicly available sources as at its date of publication. These sources have not been independently verified against licences, regulatory registers or the records of the entities concerned. It is not legal, tax, financial or investment advice. Nor is it a recommendation to invest in, transact with or use the services of any entity mentioned. Law and regulation change frequently, so the content may be incomplete or outdated. To the fullest extent permitted by law, Dr Alexander Ressos and the publisher of SingaporeIQ exclude all liability for loss or damage arising from the use of or reliance on this article. Readers should obtain advice on their specific circumstances before acting or refraining from action.

Names and trademarks of the entities discussed belong to their owners and are used for identification only. Their mention implies no endorsement, affiliation or allegation of wrongdoing. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. Corrections and updates: contact@ressos.com.

© 2026 Dr Alexander Ressos. This article may be quoted with attribution to SingaporeIQ (SingaporeIQ.com). Reproduction in full and any commercial use require prior written consent. The Legal Terms at https://singaporeiq.com/legal-terms apply.

Author contact: Dr Alexander Ressos, TEP · contact@ressos.com